

Ao longo de 1992, o nosso país desencadeou uma ofensiva diplomática caracterizada por um elevado número de contactos ao mais alto nível, com o objectivo de impulsionar as relações bilaterais com vários países africanos, por um lado, e de, por outro, procurar conjuntamente soluções pertinentes para os problemas que afligem a sub-região africana em que estamos inseridos e o continente em geral.

Na sub-região ocidental, realizaram-se acções concretas susceptíveis de facilitar a cooperação com o Senegal, a Guiné-Conakri e a Mauritania, que poderá vir a ter uma evolução significativa: sublinhe-se em particular o incremento das relações comerciais e económicas com a Guiné-Conakri, a visita de S. Exa o Presidente da República à Mauritania e o desbloqueamento de negociações relativas ao diferendo com o Senegal sobre a FIR Oceanica do Sal e a delimitação das fronteiras marítimas, assinalando-se que, quanto a esta última questão, um acordo foi recentemente concluído entre as duas partes.

De salientar, ainda, o papel activo que Cabo Verde vem tendo na CEDEAO e, sobretudo, no CILSS onde, através do Ministro das Pescas, Agricultura e Animação Rural, assumiu e vem realizando, com agrado dos Estados-membros e dos doadores, a coordenação e o encargo de liderar o difícil mas fundamental processo de reestruturação da organização.

Contactos políticos tiveram, ainda lugar, com a Guiné-Bissau, a Gambia, a Cote d'Ivoire e o Mali.

No que respeita à Africa Austral merecem realce a visita de Sua Excelencia o Presidente da República a Moçambique, a participação do mesmo na reunião do Comité Ad-Hoc da OUA sobre a Africa Austral e na missão de bons officios da OUA a Angola, bem como os contactos políticos tidos nessa ocasião no Zimbabwe, tendo sido em todas essas missões acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Uma delegação governamental visitou a Africa do Sul e contactos políticos foram estabelecidos com o ANC.

Em relação aos Cinco, esforços foram envidados no sentido do relançamento da cooperação no seio do Grupo, com base em critérios realistas e pragmáticos, bem como definir os parametros do relacionamento futuro entre os membros. Cabo Verde participou activamente na Conferencia Ministerial e na Cimeira dos CINCO, e ainda no Encontro dos MNE dos CINCO e de Portugal.

Cabo Verde participou regularmente nas Conferencias de Ministros e nas Cimeiras da OUA, da CEDEAO e do CILSS, bem como na Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferencia do Rio), na Reunião Ministerial e na Cimeira dos Países Não Alinhados e na 17ª Sessão da Assembleia



Geral das Nações Unidas .

Por outro lado, procurámos manter e consolidar as relações com parceiros tradicionais, como a China e Cuba.

Uma delegação governamental visitou Israel para contactos.

Foram concluídos e assinados alguns Acordos de Promoção e Protecção de Investimentos, designadamente com a Suíça, a Holanda, a Austria e a Coreia do Sul ; foi revisto e fixado o texto final de identico Acordo a ser assinado com a Russia.

Cabo Verde aderiu, durante 1992, às seguintes convenções internacionais : Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Convenção Constitutiva da União Latina, Convenção que cria o Conselho de Cooperação Aduaneira, Convenção contra a Tortura, Tratado da Comunidade Económica Africana, Carta Africana dos Direitos e do Bem Estar da Criança e os Pactos Internacionais relativos aos Direitos Civis e Politicos e aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

2.2. Cooperação Internacional

Como se esperava, 1992 continuou a ser também, no que à cooperação internacional respeita, ainda um ano de transição.

No contexto internacional e no plano político a agravação dos conflitos regionais vem, como foi atrás dito, pondo à prova o ensaio de governo mundial pela ONU com custos em recursos que entram em contradição com as necessidades de financiamento do desenvolvimento.

No plano economico, uma insuficiente recuperação mostra-se incapaz de resolver os problemas sociais nos principais países desenvolvidos. O reforço dos grandes espaços de associação económica entre Estados - como a criação do EEE (Espaço Económico Europeu) e o aparecimento do NAFTA (Acordo de Livre Comercio da America do Norte) configura a abertura de trincheiras nas "guerras" económicas entre os países desenvolvidos, que se evidenciam no impasse no GATT e no risco de aumento de protecção nefasto para as exportações do Sul.

A persistente crise política e económica do continente africano, desmarca este continente dos restantes, marginalizando-o cada vez mais e contribuindo para a crescente indiferença que o Norte lhe vem revelando.

Nesse contexto que não favorece a APD, assinalam-se novas e acrescidas dificuldades resultantes de cortes reais da ajuda

anunciados pelos principais doadores.

No plano interno a prossecução da institucionalização do processo democrático, nomeadamente a adopção de uma nova Constituição, a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento e a Organização da III Mesa Redonda de Cabo Verde foram as referencias essenciais para o ano de 1992 .

O sector da cooperação internacional participou activamente na elaboração do Plano e na preparação, organização e realização da Mesa Redonda, que constituíam dois dos pontos fundamentais do seu programa de actividades, dado o caracter estratégico desses instrumentos para a mobilização da APD.

A mobilização da ajuda alimentar em geral (cerca de 1 milhão de contos) e de ajuda de emergencia para salvamento de gado em particular (em que contribuíram, nomeadamente, a Suíça, a Alemanha, a Austria e o Luxemburgo), constituiu outra das actividades estratégicas da cooperação internacional, considerando o balanço negativo que caracterizou os anos agrícolas de 1991 e 1992.

No que toca à Formação, o deficit decorrente da supressão de bolsas de estudo do leste europeu e de Cuba foi parcialmente compensado por um programa de constituição de um "pool" de financiamentos de e para terceiros países, estando já envolvidos nele a Holanda, a Austria, a Suíça e os EUA.

Para além disso, o Governo geriu a cooperação com os parceiros bilaterais e multilaterais "permanentes".

No plano bilateral, é de evidenciar a assinatura de importantes acordos de cooperação nos domínios da assistencia económica, técnica e em equipamento, ajuda alimentar, cultura, telecomunicações, transportes e infraestruturas, pescas e defesa, designadamente com a Alemanha, a Republica da Coreia, o Luxemburgo, a França, o Japão, a Holanda, a Austria, Portugal e China. Realizaram-se negociações inter-governamentais com a Alemanha, a Austria e a França e comissões mistas com Cuba, Holanda e Guiné-Conacri.

Importa, tambem, realçar o relançamento da cooperação com o Fundo do Koweit, cujo resultado imediato se traduziu no acordo de financiamento do projecto de Telecomunicações (redes locais).

No plano multilateral, as relações de cooperação distribuem-se por tres grandes grupos : o Sistema das Nações Unidas (SNU), a Comunidade Económica Europeia (CEE) e as Instituições Financeiras (IF).